



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**74ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**07 e 08 DE JULHO DE 2011**

**ATA**

1 Às nove horas do sétimo dia do mês de julho de dois mil e onze, no Auditório do  
2 Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em  
3 Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com  
4 Deficiência/CONADE, para sua 74ª Reunião Ordinária, sob a Presidência do Sr.  
5 Moisés Bauer Luiz. **Estiveram Presentes os Conselheiros Governamentais**  
6 **Titulares:** Sra. Milena Souto Maior de Medeiros, Representante da Casa Civil da  
7 Presidência da República; Sra. Magda Hennes, Representante do Ministério das  
8 Cidades/MCidades; Sr. Joiran Medeiros da Silva, Representante do Ministério da  
9 Educação/MEC; Sr. Rivaldo Araújo da Silva, Representante do Ministério do  
10 Esporte/ME; Sra. Maria das Graças Fontes, Representante do Ministério do  
11 Turismo/MTur; Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, Representante do Ministério  
12 dos Transportes/MT; Sra. Thais Borges da S. P. Werneck, Representante do  
13 Ministério da Cultura; Sra. Liliane Garcez, Representante do Ministério da  
14 Educação/MEC; Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira, Representante da  
15 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Thays de Souza  
16 Nogueira, Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência  
17 da República; Sra. Patrícia de Brito Ávila, Representante do Ministério das  
18 Comunicações; Sr. Evangel Vale dos Santos Júnior, Representante dos Conselhos  
19 Estaduais; Sr. Ricardo de Oliveira Pedroso, Representante dos Conselhos  
20 Municipais. **Os Conselheiros Governamentais Suplentes:** Sra. Aline Camila  
21 Romão Mesquita, Representante do Ministério da Cultura/MinC; Sr. Raimundo  
22 Nonato Lopes de Sousa, Representante do Ministério da Previdência Social/MPS;  
23 Sra. Ana Paula Crossara, Representante da Secretaria de Direitos Humanos da  
24 Presidência da República. **Os Conselheiros Não-Governamentais Titulares:** Sr.  
25 Moisés Bauer Luiz, Representante da Organização Nacional dos Cegos do  
26 Brasil/ONCB; Sra. Janaina Carneiro Costa Menezes, Representante da Associação

27 Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e  
28 Pessoas com Deficiência/AMPID; Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da  
29 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco  
30 do Brasil e da Comunidade; Sr. José Antônio Ferreira Freire, Representante da  
31 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais; Sra. Valdenora da Cruz  
32 Rodrigues, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas  
33 pela Hanseníase/MORHAN; Sr. Janilton Fernandes Lima, Representante da  
34 Confederação Nacional do Comércio/CNC; Sr. Isaías Dias, Representante da  
35 Central Única dos Trabalhadores; Sr. José Alcides Marton da Silva, Representante  
36 da União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal  
37 Credenciados/UNISERT; Sra. Nadja Gilheuca da Silva Dutra, Representante do  
38 Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/CONFEA; Sr. Joaquim  
39 Santana Neto, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; Sr. Adnilson  
40 Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs/FENAPAE;  
41 Sra. Ester Alves Pacheco Henriques, Representante da Federação Nacional das  
42 Sociedades Pestalozzi/FENASP; Sra. Vilma de Carvalho Sestaro, Representante da  
43 Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down/FBASD; Sr. Domingos  
44 João Montagna, Representante da Federação das Fraternidades Cristãs de Doentes  
45 e Deficientes do Brasil/FCD/BR; Sra. Cleomar Martins de Lima, Representante da  
46 Associação Brasileira de Autismo/ABRA; Sr. José Carlos de Oliveira, Representante  
47 da Federação Nacional de Educação Integração de Surdos/FENEIS. **Os**  
48 **Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:** Sr. Luíz Cláudio Pontes da Silva,  
49 Representante da Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeiras de Rodas; Se.  
50 Edvaldo Souza Santos, Representante da Central Única dos Trabalhadores/CUT; Sr.  
51 Erivaldo Fernandes Neto, Representante da Federação nacional das  
52 APAEs/FENAPAE; Sr. Humberto Floriano Mendes, Representante da Federação das  
53 Associações de Renais e Transplantados do Brasil/FARBRA; Sr. Marcos Antônio  
54 Gonçalves, Representante da Federação Nacional das AVAPES/FENAVAPE; Sra.  
55 Glauciane Costa Santana, Representante da Federação Brasileira das Associações  
56 de Síndrome de Down/FBASD. **Convidados e Observadores:** Sra. Claudia Grabois,  
57 Rede Inclusiva Direitos Humanos Brasil; Sr. Osvaldo Boteau, Pontifícia Universidade  
58 Católica/RJ; Sra. Ana Claudia, Rio de Janeiro Down; Sra. Rita Berch, Comitê de  
59 Ajudas Técnicas; Sra. Carla Codesso, Rio de Janeiro Down Rede Inclusiva; Sra.  
60 Cláudia Noronha Rio de Janeiro Down; Sra. Geisa Bock, Conselho dos Direitos das  
61 Pessoas com Deficiência de Florianópolis; Sra. Davi, Centro de Apoio à Mães de  
62 Portadores de Deficiência; Sra. Sara Regina Mor; Sra. Daniele Escola de Gente

63 Comunicação e Inclusão; Sra. Keila Centro de Apoio às Mães de Portadores de  
64 Eficiência/CAMPE; Sra. Nilda, Assistente Social de Mangaratiba/RJ; Ana Claudia,  
65 Secretária de Educação de São Borja/RS; Sra. Márcia Peixoto, Secretaria de Estado  
66 da Educação/RN; Sr. Ronaldo Ribeiro, Gestor de Educação Especial de Canoas/RJ;  
67 Sra. Denise, Secretaria de Estado da Educação/RS; Sra. Nara Rodrigues, Fórum  
68 Permanente de Educação Inclusiva/SP; Sra. Solange, Conselho Estadual dos  
69 Direitos da Pessoa com Deficiência/PR; Sr. Hugo Pandolfo, Associação de Pais,  
70 Familiares e Amigos de Síndrome de Down/RS; Sr. Adnilson Souza, Conselho  
71 Estadual da Pessoa com Deficiência/PA; Sra. Jane, CETREM; Sra. Sandra,  
72 Universidade Regional Integrada/RS; Sra. Geci, Associação dos Familiares e  
73 Amigos do Down/RS; Sra. Vera Ione, Associação dos Familiares e Amigos do  
74 Down/RS; Sra. Marta Freitas, Secretaria Estadual de Educação/PI; Sra. Valquíria,  
75 Atendimento Educacional Especializado/RS; Sra. Marizete, Secretaria Estadual de  
76 Educação/RS; Sra. Elisa, UNESP; Sra. Denise Albuquerque, Universidade Estadual  
77 Paulista; Sra. Lázara Cristina, Universidade Federal de Uberlândia/Centro de  
78 Pesquisa, Ensino e Educação/MG; Sra. Cláudia, Universidade Federal de  
79 Uberlândia/MG; e Sr. Jorge Amaro, Conselho Estadual das Pessoas com  
80 Deficiência.

81

## 82 **DIA 07 DE JULHO DE 2011**

83

84 **Abertura.** Verificado quórum por meio de chamada oral, o Sr. Moisés Bauer Muniz  
85 iniciou a reunião realizando a leitura e aprovação da proposta de pauta. Sugeriu  
86 ainda que incluísse na pauta a apresentação do GT sobre o relatório de  
87 monitoramento apresentado pelo Estado brasileiro. A conselheira Janaina Carneiro  
88 Costa Menezes solicitou que incluíssem também uma conversa com a representante  
89 da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência do Grupo Nacional de Direitos  
90 Humanos do Ministério Público e também da presidente da Associação Nacional do  
91 Ministério Público de Defesa da Pessoa com Deficiência a respeito da atuação do  
92 Ministério Público em nível nacional na defesa da pessoa com deficiência, em  
93 particular a questão da uniformização do trabalho dos promotores. Sem mais  
94 manifestações de inclusão ou supressão de itens a pauta foi aprovada. **Eleições do**  
95 **vice-presidente do CONADE.** O conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso retirou  
96 sua candidatura à vice-presidência, visto que ponderou as colocações do Sr. Isaías  
97 Dias a respeito de que a representação da vice-presidência seria melhor executada  
98 por um conselheiro que morasse em Brasília. O Sr. Moisés Luiz Bauer questionou ao

99 Conselho se alguém se candidatava a ocupar o cargo. A conselheira Elyria Bonetti  
100 Yoshida Credidio anunciou que em conversa com a parte governamental chegaram  
101 ao acordo de indicar para a vice-presidência o Sr. Antônio José do Nascimento  
102 Ferreira. Não havendo mais candidaturas o Sr. Moisés Luiz Bauer questionou à  
103 plenária se seria acordo a indicação governamental. Sem manifestações contrárias e  
104 nem abstenções o Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira foi eleito vice-presidente  
105 do CONADE que foi de imediato convidado para tomar assento à mesa. **Eleição das**  
106 **representações do CONADE. Comissão Organizadora da 8ª Conferência**  
107 **Nacional de Assistência Social, na Comissão de Acessibilidade.** O Sr. Moisés  
108 Bauer Luiz questionou à Plenária se algum conselheiro se disponibilizaria a integrar  
109 a Comissão. Esclareceu que a Comissão seria composta por cinco integrantes,  
110 quatro do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS e um do CONADE. E o  
111 trabalho era exatamente a preocupação com questões de acessibilidade da  
112 conferência, porém a representação desse conselheiro não seria subsidiada pelo  
113 MDS/CNAS. O conselheiro Marcos Antônio Gonçalves ponderou que aquele  
114 trabalho deveria ser feito por um técnico em acessibilidade, não por um conselheiro  
115 do CONADE. O Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira replicou dizendo era  
116 preciso de fato que o CONADE pudesse contribuir, pois, diante da premissa de  
117 recusa do CONADE seria muito ruim se houvesse algum problema de acessibilidade  
118 na Conferência. E sugeriu os nomes da conselheira Nadja Glheuca da Silva Dutra e  
119 do conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné. Não havendo mais candidatura e  
120 indicações o Sr. Moisés Luiz Bauer colocou a proposta em votação e foi consenso.  
121 **Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional.** O Sr. Moisés Luiz Bauer  
122 questionou o conselho se alguém se candidataria a integrar o quadro de  
123 representantes do fórum. Os conselheiros Marcos Antônio Gonçalves e Ricardo de  
124 Oliveira Pedrosa se auto candidataram. Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira  
125 sugeriu que houvesse participação da Central Única dos Trabalhadores/CUT a fim  
126 de qualificar o Fórum, visto que era um segmento pertinente ao tema. Na sequência  
127 o conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso, diante da sugestão do Sr. Antônio José  
128 do Nascimento Ferreira, retirou sua candidatura concordando que era mais  
129 pertinente uma representação que já trabalhava com a temática do Fórum.  
130 Colocadas as propostas em votação e sem manifestações contrárias foram  
131 indicados a integrar o Fórum o conselheiro Marcos Antônio Gonçalves e o  
132 conselheiro Isaías Dias. Em seguida o conselheiro Janilton Fernandes Lima solicitou  
133 que retirassem seu nome da representação de suplência da Câmara Suplementar de  
134 Saúde, visto que a Confederação Nacional do Comércio/CNC, órgão que ele

135 representava, já tinha assento na Câmara e que mesmo não havendo impedimento  
136 legal, poderia haver suspeição em relação ao CONADE da situação ética da  
137 representação de uma entidade de empregadores integrar a Câmara também  
138 representando o Conselho. Mais uma vez o Sr. Moisés Luiz Bauer questionou à  
139 Plenária se alguém se candidataria a ocupar a vaga e sugeriu a representação da  
140 Associação Brasileira de Autistas. O conselheiro José Alcides Marton sugeriu a  
141 conselheira Rosângela da Silva Santos da FARBRA, esclareceu que por ela morar  
142 no Estado do Rio de Janeiro, local de realização das reuniões da Câmara, o trabalho  
143 seria melhor viabilizado. Motivado pela colocação anterior do conselheiro José  
144 Alcides Marton, o conselheiro Luiz Cláudio Pontes da Silva também se candidatou.  
145 Sem mais inscrições foi acordo no Conselho para ocupar a vaga na Câmara  
146 Suplementar de Saúde, o conselheiro Raimundo Nonato Lopes de Souza assumindo  
147 a vaga de suplência e o conselheiro Luiz Cláudio Pontes da Silva assumindo a  
148 titularidade, em razão de que morava no Rio de Janeiro e daria celeridade às ações  
149 na Câmara. Isto posto o Sr. Moisés Luiz Bauer solicitou ao Conselheiro Luiz Cláudio  
150 Pontes da Silva que entrasse em contato com o conselheiro eleito suplente para  
151 definirem qual nome seria publicado na Portaria, para que pudessem também  
152 publicar no CONADE Informa. **Informes das Comissões. Informes da Comissão**  
153 **de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos/CAN.** A  
154 conselheira Janaína Carneiro Costa Menezes relatou que a CAN analisou os  
155 seguintes processos: **Processos Monocráticos. CAN N. 292**, vestibular para o  
156 curso de cinema, em que a pessoa não especificou o que realmente solicitava,  
157 porém pedia para que o CONADE se posicionasse. Conclusão, o despacho foi no  
158 sentido de oficiar o consulente para que especificasse qual era a demanda;  
159 Processo **CAN n. 296**, cédulas e moedas em Braille. Conclusão, processo arquivado  
160 por motivos de que foi questão aprovada na 73ª Reunião Ordinária e realizadas as  
161 diligências. **CAN n. 303/2010**, denúncia de violação de direitos de pessoas com  
162 deficiência acolhidas em um abrigo no Ceará. Conclusão, encaminhamento de  
163 denúncia para o Ministério Público do Ceará, órgão competente para apurar e tomar  
164 medidas cabíveis. O CONADE acompanharia a resposta dada pelo Ministério  
165 Público. **CAN n. 315/2010**, informar o CONADE de uma recomendação  
166 encaminhada pelo o Ministério Público de Pouso Alegre. Conclusão, arquivado.  
167 Processo **CAN n. 322/2011**, pedido de curatela de pessoa com deficiência  
168 intelectual, proveniente de uma carta encaminhada por Raimundo Henrique  
169 Meirelles, de Mata Roma/MA. Despacho no sentido de encaminhar à Promotoria de  
170 Justiça daquela Comarca competente para as providências e envio de informações

171 ao CONADE. Após relato dos processos a conselheira Janaina Carneiro Costa  
172 Menezes informou que aquele tipo despacho monocrático possivelmente não seria  
173 mais protocolado na Comissão, pelo menos no que se referia à denúncia, pois, fora  
174 decidido em nível de Comissão com o apoio do presidente do CONADE no sentido  
175 de que as denúncias não seriam mais autuadas como processo, não havia  
176 necessidade nem de distribuição ao conselheiro, seria feito encaminhamento em  
177 caso de denúncia a violações de direitos, maus tratos à pessoa com deficiência,  
178 protocolado o recebido e o CONADE encaminharia ao Ministério Público por meio  
179 dos Centros de Apoio Operacionais, que era uma forma de se poder ter um controle  
180 melhor das demandas. **Processos com pareceres prontos. CAN n. 179/2008,**  
181 **Projeto de Lei de criação do CONADE.** Apresentada Minuta do conselheiro Joaquim  
182 Santana Neto de Projeto de Lei para criação de um Fundo Nacional de Direitos da  
183 Pessoa com Deficiência para o CONADE. Conclusão no sentido de que a remessa  
184 fosse feita à Presidência Ampliada para criação de Grupo de Trabalho, a fim de  
185 lapidar melhor o projeto e encaminhar ao executivo, por meio da Secretaria de  
186 Direitos Humanos da Presidência da República. O conselheiro Joaquim Santana  
187 Neto deu esclarecimento acerca de toda legislação do Projeto de Lei e sobre a  
188 origem de sua criação, porém devido ao tempo não seria possível fazer leitura da  
189 Minuta e a proposta seria encaminhada a todos os conselheiros para que tivessem  
190 ciência. O Sr. Moisés Luiz Bauer ressaltou que o Fundo, era fundamental para que o  
191 Conselho tivesse cada vez mais autonomia e efetivamente recursos para gerir a  
192 política da pessoa com deficiência em âmbito de Conselhos, e até, dependendo da  
193 discussão, pudessem conseguir amadurecer, destinando recursos, aprovando  
194 projetos para ações em favor das pessoas com deficiência. Processo **CAN n.**  
195 **29/2009,** Câmara dos Deputados solicita parecer do CONADE ao projeto de Lei  
196 1.057/2007 de autoria do Deputado Federal Henrique Afonso, PT/AC, referente ao  
197 combate às práticas tradicionais nocivas às crianças e adolescentes indígenas,  
198 infanticídio. Conclusão, sugestão de reformulação no substitutivo por não atender a  
199 demanda. E audiência pública com o CNPI, Conselho Indígena, o Conselho  
200 Nacional da Criança e do Adolescente/CONANDA, bem como a Secretaria de  
201 Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria de Inclusão e  
202 Diversidade do MEC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Atini Organização Voz  
203 pela Vida e outros que pudessem ser agregados. Após audiência pública poderia o  
204 CONADE gesticular propostas pertinentes ao PL; Processo **CAN n. 255/2009,**  
205 deficiente auditiva não consegue estudar em faculdade particular por falta de  
206 intérprete. Origem, e-mail da Senhora Daiane Leal. Parecer: a consulente tinha

207 direito à educação com base em normativos, incluindo também direito à  
208 acessibilidade, que devia garantir intérprete de libras para cursar universidade de  
209 referência. Conclusão, dar conhecimento à consulente acerca do parecer para fazer  
210 uso na garantia dos seus direitos; Processo **CAN n. 271/2010**, falta de reserva de  
211 vagas em concurso público em município de 1º de Maio/PR. Ofício de Gustavo  
212 Felipe de Moraes. A relatora esclareceu que devido a grande demanda de  
213 processos referentes a concurso público, a Comissão resolveu elaborar um parecer  
214 padronizado a fim de dar celeridade e eficiência aos trabalhos. Leu a proposta e  
215 sugeriu posteriores sugestões dos conselheiros acerca do texto. Com relação  
216 especificamente ao processo informou que a conclusão era recomendar, uma vez  
217 então, aprovado o parecer pela plenária, à Prefeitura Municipal de 1º de Maio,  
218 Paraná, que adotasse todas as medidas necessárias para resguardar os direitos da  
219 pessoa com deficiência em concursos públicos, respeitando princípios  
220 constitucionais e a Convenção. Processo **CAN n. 282/2010**, encurtamento de  
221 membro superior esquerdo com limitação, conceito de deficiência, origem, e-mail do  
222 senhor Ercílio Ribeiro solicitando esclarecimento se a pessoa com encurtamento do  
223 membro superior esquerdo, com limitação da superação em 15 graus, CID S42-4 era  
224 considerado pessoa com deficiência física para admissão em concursos públicos.  
225 Devido à extensão do parecer deste processo o conselheiro Joaquim Santana Neto  
226 fez um resumo em linhas gerais acerca da legislação pertinente ao caso e como  
227 encaminhamento para o processo informou que o candidato tinha que se submeter  
228 ao laudo médico para que fosse constatado ou não sua deficiência a fim de  
229 constatar se ele se enquadraria na lei; Processo **CAN n. 286/2010**, consulta técnica,  
230 deficiência visual em concurso, marido servidor quer acompanhar sua esposa em  
231 nova função em concurso público. Conclusão do parecer falta de previsão legal para  
232 requisitar remoção do servidor para outro órgão ou empresa privada. Cessão para  
233 outro município, ato discricionário da administração pública, encaminhamento ao  
234 consulente cópia do parecer. Processo **CAN n. 294/2010**, sentença encaminhada  
235 com cópia de uma ação civil pública para conhecimento do CONADE. Conclusão,  
236 sugestão de encaminhamento por ofício do CONADE ao demandante e autor  
237 manifestando-se pelo empenho de ambos em atingir os seus objetivos, e  
238 arquivamento; Processo **CAN n. 311/2010**, Lei 12,319, 1º de setembro de 2010, que  
239 regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais, libras.  
240 Conclusão, sugestão de inclusão de um artigo especificando a forma de atuação do  
241 profissional, bem como tempo de interpretação. Também a necessidade de trabalho  
242 em dupla para que houvesse revezamento da jornada de trabalho sem interferência

243 na remuneração. Sugestão ainda ao CONADE de encaminhamento da citada  
244 sugestão a ser incluído na PLC número 325/2009 em forma de artigo: A jornada de  
245 trabalho de tradutor intérprete deverá ser realizada em dupla, com revezamento de  
246 carga horária igual, sem prejuízo na remuneração. O conselheiro Roberto Paulo do  
247 Vale Tiné questionou se aquele Projeto de Lei, objeto daquele processo já não havia  
248 sido sancionado. A Sra. Intérprete de Libras, acompanhante do conselheiro José  
249 Carlos de Oliveira esclareceu que em setembro de 2010 foi sancionada a lei que  
250 reconhecia a profissão de intérprete de libras, mas não sabia dizer exatamente se  
251 era o PL em questão. Diante das dúvidas surgidas a conselheira Janaina Carneiro  
252 Costa Menezes sugeriu como encaminhamento da questão que o processo  
253 retornasse para o relator e que este verificasse e atualizasse os dados, se foi ou não  
254 aprovado o PL; Processo **CAN n. 314/2010**, funcionária surda que trabalha em  
255 prefeitura que não tem intérprete de libras, quer saber lei que a ampara. Conclusão,  
256 sugestão ao CONADE de encaminhar ofício à Senhora Arlete, informando o número  
257 das leis e decretos que garantiam direitos de acessibilidade, à comunicação, tais  
258 como a lei 10.098, Lei 10.436/2002, Decreto número 5.296/2004, e Decreto  
259 5.626/2005, e ainda oficial Centro de Apoio Operacional às Promotorias do  
260 Ministério Público do Estado. Terminado e aprovado o relato da CAN o conselheiro  
261 José Alcides Marton solicitou ao conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné contasse à  
262 Plenária como foi participar da Câmara Suplementar de Saúde, visto que foi a  
263 primeira vez que o CONADE participou como representação. O conselheiro Roberto  
264 Paulo do Vale Tiné informou que na Câmara Suplementar de Saúde o assunto  
265 dominante foi a Resolução Normativa 259 do dia 05 de junho de 2011 que regulava,  
266 entre outros, o prazo que os planos de saúde tinham para marcação de consultas.  
267 Outro ponto importante discutido foi o fato da ANS há algum tempo atrás determinar  
268 que todos os planos de saúde e seguros de saúde teriam que elaborar ações que  
269 atendessem um hall de procedimentos básicos. Se em uma cidade não existisse a  
270 oferta daquele procedimento básico, mas existiam médicos que não eram  
271 credenciados, então o usuário do plano de saúde poderia ir a esse médico pegar o  
272 recibo e o plano de saúde era obrigado a ressarcir o valor integral daquela consulta  
273 ou daquele procedimento que ele teve. Se na cidade não existisse aquele  
274 procedimento básico, o usuário do plano de saúde poderia se dirigir a uma cidade  
275 mais próxima, onde existisse um médico credenciado, e o plano de saúde era  
276 obrigado a pagar o transporte que ele gastou e o custo daquele deslocamento.  
277 Ainda assim, se na cidade mais próxima também não existisse médico credenciado,  
278 ele poderia ir ao médico particular, exigir recibo, e o plano de saúde pagaria o

279 deslocamento e o valor integral da consulta. Por fim, ressaltou que o fórum foi muito  
280 interessante e que a participação do CONADE lá contribuiria muito nas discussões,  
281 principalmente com relação à pessoa com deficiência, porque das entidades  
282 representativas não tinha nenhuma com foco na pessoa com deficiência, e agora o  
283 CONADE passaria a ter representação no Fórum e o segmento poderia discutir  
284 peculiaridades e usufruir da troca de experiências. **Atuação do Grupo Nacional de**  
285 **Direitos Humanos do Ministério Público de uniformizar entendimentos em**  
286 **defesa dos direitos da pessoa com deficiência.** Os trabalhos da tarde foram  
287 iniciados com apresentação nominal dos observadores, devido ao grande número de  
288 pessoas presentes naquela Plenária. O Sr. Moisés Luiz Bauer solicitou que  
289 compusessem a mesa a Sra. Rebeca Nunes, Promotora de Justiça do Estado do Rio  
290 Grande, presidente da AMPID, Associação Nacional dos Membros do Ministério  
291 Público Direitos da Pessoa com Deficiência e Idosos e a Sra. Maria Aparecida  
292 Gurgel, membro também da AMPID, Subprocuradora Geral do Ministério Público do  
293 Trabalho. A Sra. Rebeca Nunes iniciou agradecendo imensamente a oportunidade  
294 dada pelo Conselho daquela conversa. Informou que gostaria de apresentar um  
295 pouco das ações da AMPID e que a mesma conseguiu grandes feitos nos últimos  
296 anos e um deles foi a criação da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência e  
297 Idoso, do Grupo Nacional dos de Direitos Humanos ligado ao Conselho Nacional de  
298 Procuradores Gerais, englobando a questão de bons tratos. Destacou que  
299 atendendo a uma solicitação da AMPID foi criada a Comissão que atualmente  
300 trabalhava como prioridade a questão da acessibilidade nos Ministérios Públicos, a  
301 questão do acompanhamento em LPI, Instituições de Longa Permanência para  
302 Idosos, a questão da educação inclusiva, sempre pautando e sempre dando  
303 subsídios para a uniformização dos trabalhos dos promotores de justiça de todo  
304 Brasil. Informou que outra grande vitória da AMPID foi a aprovação no dia anterior,  
305 na Câmara Federal, da lei que possibilitava à pessoa com deficiência que receber o  
306 Benefício da Prestação Continuada, poder trabalhar e retornar à condição de  
307 beneficiário. E desta vez sem necessitar comprovar a incapacidade para o trabalho.  
308 Agradeceu publicamente a Sra. Maria Aparecida Gurgel pelos esforços e empenho  
309 para a aprovação da Lei. Destacou que sua presença em Brasília se dava pelo fato  
310 da discussão da questão do Plano Nacional da Educação e que no Ministério  
311 Público que ela atuava, essa questão era prioridade. Informou que no Programa  
312 BPC na escola a AMPID tomou conhecimento da ocorrência significativa de crianças  
313 com deficiência que recebiam o benefício, porém não apareciam na escola, 200.000,  
314 crianças e que foi solicitado ao Ministério da Assistência Social a relação dessas

315 crianças. Como encaminhamento a AMPID entregou a relação a cada Promotor de  
316 Justiça e esses promotores estavam chamando os pais das crianças para saber o  
317 porquê da evasão escolar e providenciando o regresso das crianças às escolas. Em  
318 paralelo também estavam cobrando dos gestores públicos que efetivamente  
319 garantissem o apoio que a Convenção e a Constituição traziam para a efetiva  
320 inclusão escolar que era o atendimento educacional especializado. Ressaltou que  
321 cabia a cada um envidar esforços no sentido de que a Convenção não se  
322 transformasse em uma letra morta e ocupasse papel de emenda constitucional  
323 agregando o seu texto à Constituição Federal como foi sua aprovação. Enfatizou  
324 que era urgente e importante que não acontecesse um retrocesso nas conquistas do  
325 Plano Nacional de Educação e que ele não fosse de encontro ao que dizia a  
326 Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência, porque algumas emendas  
327 apresentadas afrontavam de maneira bem clara a Convenção. Informou ainda que a  
328 AMPID expediu nota de apoio à questão da Política Nacional da Educação Inclusiva  
329 na Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, e que já havia  
330 posicionamento quanto a possibilidade de se pesquisar célula troncos. Por fim  
331 informou que a AMPID possuía um Kit de implantação do Conselho Municipal do  
332 Idoso, que tinha desde a fundamentação do porque do conselho até a cédula de  
333 votação, e se os presentes quisessem poderiam pesquisar e assim ampliar o  
334 número de Conselho de Direito da Pessoa com Deficiência pelo Brasil afora nos  
335 municípios. Ressaltou que isso ajudaria muito na luta. Agradeceu a oportunidade  
336 dada pelo conselho e se colocou à disposição para eventuais questionamentos.  
337 Concedida a palavra à Sra. Maria Aparecida Gurgel esta agradeceu ao Conselho  
338 pela oportunidade. Ressaltou que foi com a união e esforços de todos que o  
339 Benefício de Prestação Continuada teve articulação junto ao Congresso Nacional,  
340 assim como junto à Casa Civil, de fazer as alterações de introduzir na Medida  
341 Provisória 529 a retirada do conceito da incapacidade e independência para a vida  
342 diária. Destacou que com isso, a pessoa com deficiência estaria inserida no  
343 Benefício da Prestação Continuada e poderia ir para o trabalho e retornar ao  
344 Benefício, se necessário, sem precisar mais voltar à Assistência Social. Informou  
345 que a pessoa na condição de aprendiz poderia manter o Benefício da Prestação  
346 Continuada, ser aprendiz pelo prazo de dois anos, e a partir daí era que essa  
347 pessoa preparada, habilitada e qualificada poderia ir para o mercado de trabalho, e  
348 exercer seu direito, um dos direitos maiores que era direito ao trabalho. Destacou  
349 que ainda esperavam o texto, pois este não havia sido disponibilizado ainda, mas  
350 enquanto estavam nas discussões das emendas, esses pontos foram absolutamente

351 discutidos e marcados. Informou que o projeto iria para o Senado Federal e a  
352 expectativa era que até o final de agosto tivessem tudo absolutamente definido.  
353 Destacou que outra questão era a Pensão Previdenciária, que também era um  
354 entrave de as famílias liberarem os seus filhos para o mundo do trabalho porque  
355 temiam que o INSS, lá na frente glosasse o direito à pensão, mas que já havia  
356 conversas entre associações e AMPID no sentido de avaliar e melhorar o quadro da  
357 questão. Por derradeiro parabenizou a todos pelos esforços, pela luta e pelas  
358 vitórias que devagar iam alcançando. Despediu-se e se colocou a disposição para  
359 questionamentos. Dada a importância das exposições o Sr. Moisés Luiz Bauer abriu  
360 a sessão para discussões contemplando conselheiros e também observadores  
361 naquela Plenária. O conselheiro Isaías Dias informou que a Central Única dos  
362 Trabalhadores em conjunto com Rede Inclusiva de Direitos Humanos Brasil, com a  
363 Federação Síndrome de Down, AMPID e outras entidades, mobilizaram várias  
364 pessoas, várias entidades no sentido de estarem em Brasília percorrendo gabinete  
365 de deputados, Secretaria da Presidência da República. Que teriam uma audiência  
366 com a ministra Maria do Rosário e, naquela tarde, uma audiência com o presidente  
367 da Câmara no sentido de defender o PNE na forma que estava para a na educação  
368 inclusiva. O conselheiro Evangel do Vale Santos Junior informou que no caso do  
369 Estado Bahia, mesmo tendo uma lei estadual que determinava que tivesse uma  
370 cadeira para o Ministério Público, e mesmo tendo uma indicação de assento, a  
371 promotora do estado se negava terminantemente a ser parceira do Conselho  
372 Estadual da Bahia, e isolava-se como se tivesse mundos diferentes. Questionou à  
373 presidente da AMPID que tipo de apoio ou de recomendação, de trabalho a AMPID  
374 poderia fazer para poder diminuir aquele tipo de atitude que nada contribuía com o  
375 movimento. O Sr. Breno, observador, destacou que era preciso eliminar o  
376 preconceito e a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e mais  
377 ainda resguardar os seus direitos. Ressaltou que era a favor da inclusão e que  
378 pessoas que viviam em “condições especiais” tinham o direito de estar numa escola  
379 pública de ensino regular e que era muito importante que tirassem as Leis do papel  
380 e colocassem-nas em ação o mais rápido possível. A Sra. Davi, também  
381 observadora corroborou as palavras do Sr. Breno e destacou que a pauta mais  
382 importante naquele momento era a educação inclusiva, pois acreditava em escolas  
383 melhores, em educação de qualidade e na inserção da pessoa com deficiência sem  
384 preconceito e discriminação e principalmente com acessibilidade. Ressaltou que  
385 com o PNE teriam oportunidade de garantir uma escola a todos e uma sociedade  
386 inclusiva. A Sra. Keila enfatizou que a realidade era que a inclusão da pessoa com

387 deficiência não interessava a muita gente. Esta só interessava aos familiares do  
388 portador de deficiência que enfrentava ruas sem acessibilidade, transporte sem  
389 acessibilidade, educação sem acessibilidade, enfim, um mundo totalmente contrário  
390 às necessidades dos portadores de deficiência. Ressaltou a importância do  
391 fortalecimento da família no convívio da pessoa com deficiência. Porém com todas  
392 as dificuldades como mãe de um portador de deficiência acreditava em uma  
393 sociedade melhor, inclusiva e que respeitava as diferenças. O Sr. Adnilson Souza,  
394 observador, destacou a importância de um evento no Estado Pará onde mais de  
395 7.000 pessoas participaram de conferências a nível municipal e estadual debatendo  
396 não só inclusão da pessoa com deficiência, mas a questão racial, a questão da  
397 comunidade indígena, também educação no campo e toda a diversidade da pessoa  
398 humana. Sobre o Plano Nacional de Educação sobre a Inclusão ao Direito da  
399 Pessoa com Deficiência, deu sua opinião dizendo que achava que era uma coisa  
400 que estava consolidada em termo de lei, mas precisavam sim consolidar através das  
401 políticas públicas a implantação e implementação da política pública na escola. A  
402 Sra. Nara Rodrigues, observadora portadora de deficiência visual, destacou a  
403 importância da inclusão do portador de deficiência na escola regular. Ressaltou que  
404 quando se falava em inclusão da pessoa com deficiência na escola regular se referia  
405 a uma escola que realmente fosse para todos, da construção de uma sociedade sem  
406 preconceitos. Destacou que o PNE, Plano Nacional de Educação, sobretudo na  
407 meta número 4, vinha consolidar toda a discussão, e toda a construção que vinha  
408 sendo feito nos últimos anos, de uma escola para todos, que as pessoas com  
409 deficiência tivessem direito de estar na escola, mas que as pessoas sem deficiência  
410 tivessem o direito de estar com as pessoas com deficiência. A Sra. Geisa Bock,  
411 observadora, leu à Plenária a carta de apoio integral ao Plano Nacional de Educação  
412 da Pastoral da Pessoa com Deficiência da Arquidiocese São Paulo. O Sr. Moisés  
413 Luiz Bauer em seguida qualificou o diálogo como muito produtivo e esclarecedor,  
414 agradeceu a disponibilidade das representantes da AMPID e propôs que o Conselho  
415 continuasse com o debate visto que o relatório da Comissão de Políticas Públicas  
416 não seria apresentado. A Sra. Elyria Bonetti Yoshida Credidio, contrária à proposta  
417 do presidente do Conselho ponderou que achava por bem seguir o que foi  
418 deliberado na outra Plenária de que levariam os debates ao MEC, trariam  
419 contribuições e daí deliberariam e fariam discussões a respeito do tema. O Sr.  
420 Moisés Luiz Bauer rebateu afirmando que na reunião extraordinária, em maio, o  
421 tema PNE, propriamente dito, não foi abordado. Foi referido por algumas pessoas,  
422 talvez observadores, ou conselheiros, onde tiveram a oportunidade dos surdos, ou

423 do segmento dos surdos falarem sobre PNE. Esclareceu que a pauta estava bem  
424 específica que era fechamento das escolas especiais de surdos, escolas bilíngues e  
425 que foi dada uma oportunidade de 10 minutos, que se tornou 15, para a FENEIS  
426 falar do seu manifesto. Como naquela Plenária foi dada oportunidade da AMPID  
427 falar em 10 minutos, que se tornou 30 minutos sobre uma atuação dela, onde no  
428 embalo tiveram mais uma hora de discussão sobre o PNE e o que poderia  
429 transparecer ali era que o Conselho, por algum motivo, estava com medo de discutir  
430 o Plano. Em seguida propôs que votassem as duas propostas, de continuarem com  
431 o debate ou de seguirem com a pauta. A Sra. Elyria Bonetti Yoshida Credidio  
432 replicou afirmando também que na reunião de maio a Comissão de Políticas  
433 Públicas recebeu como missão organizar a discussão para que o CONADE tivesse  
434 um posicionamento a respeito do PNE no art. 4º e a Comissão estava organizando a  
435 discussão. Colocadas as propostas em votação, venceu por maioria a proposta de  
436 continuação dos debates. Em seguida o conselheiro José Alcides Marton ressaltou  
437 sua preocupação do CONADE ter a incumbência de emitir sua opinião acerca do  
438 PNE, pois em sua opinião não conseguiriam entrar em consenso visto que o tema se  
439 dividia em dois grupos, os radicais pela inclusão e os radicais pela não inclusão.  
440 Destacou que perder-se-ia muito se o debate pela inclusão não avançasse e ser  
441 contra isso era, em sua opinião, uma barbaridade. Lembrou que estava à frente de  
442 uma entidade que atendia 430 crianças com deficiências severas e graves, múltiplas  
443 deficiências, e só não avançou mais na inclusão porque a política do Estado não  
444 permitia o avanço, por isso era conhecedor sim da realidade da temática. A  
445 conselheira Ester Alves Pacheco Henriques demonstrou preocupação com o fato de  
446 pessoas, que muitas vezes não conheciam a realidade de fato das instituições  
447 fazerem críticas. O conselheiro Joiran Medeiros da Silva lembrou que em momento  
448 algum o MEC, nem mesmo o Governo ao menos suscitou a possibilidade de fechar  
449 instituições de atendimento especializado, pois nem mesmo competência para tal  
450 tinha. Lembrou que o MEC os fóruns democráticos aprovaram a educação inclusiva  
451 em espaços comuns de aprendizagem, e não foi em espaços diferentes daquele  
452 onde todos estavam. O conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné ressaltou que  
453 entendia o desabafo, principalmente dos observadores às falas das representantes  
454 da AMPID e que na realidade o CONADE iria dar o seu posicionamento quando a  
455 Comissão de Políticas Públicas apresentasse o seu relatório na próxima reunião  
456 Plenária. O conselheiro Domingos João Montagna opinou que era fundamental a  
457 acessibilidade universal conforme o desenho universal para todos, mas havia uma  
458 grande resistência por parte da sociedade nesse sentido. Destacou que era sabido

459 por todos que existiam escolas que faziam um bom trabalho de inclusão e outras  
460 não, assim como existiam entidades de boa fé e outras nem tanto, mas isso não era  
461 uma regra geral. Ponderou que não podiam obrigar uma pessoa com deficiência  
462 estar numa escola regular que realmente não oferecia condições concretas para que  
463 de fato se desenvolvesse e a FCD Brasil era parceira da construção da educação  
464 inclusiva, da pré-escola à universidade. O conselheiro Marcos Cordeiro de Souza  
465 Bandeira destacou que era um surdo profundo bilateral, porém oralizado, mas o  
466 incomodava muito saber que o conselheiro José Carlos Oliveira também estava na  
467 mesma condição de surdo profundo bilateral e não desenvolvia a oralidade seguindo  
468 uma orientação da entidade da qual era representante de não falar em público e  
469 utilizar-se quando quisesse expor algo do intérprete de libras. Lembrou que toda a  
470 diretoria da entidade FENEIS era oralizada e não falava em público para defender a  
471 utilização das libras. Ressaltou que deveria haver um manifesto do CONADE contra  
472 a posição da entidade, disse ser totalmente contrário à prática citada. Enfatizou que  
473 o PNE precisava ser estendido e devia ser amplamente debatido, pois, ele não  
474 estava ali para questionar aquele que se comunicava por sinais, estava ali para  
475 questionar a política pública, a política verdadeira. A conselheira Liliane Garcez  
476 lembrou que o Ministério da Educação fez uma resolução em que conclamava as  
477 instituições a se tornarem Centro de Atendimento Educacional Especializado por  
478 meio de convênios fechados com os Municípios e Estados. Se a escola especial, a  
479 instituição tinha uma expertise acumulada por longo período, então, que ela de fato  
480 contribuísse para a modificação dos sistemas educacionais por meio de convênios,  
481 atendendo especificidades para que fosse possível quebrar barreiras. Saliou que  
482 quando o Ministério da Educação criou o MECDAISY, este não foi criado para  
483 substituir o Braille, ele era mais uma ferramenta entre diversas outras e o que tinha  
484 que ser garantido era o acesso a livro e leitura, independente se fosse MECDAISY  
485 ou Braille, e isso não tinha que ser atrelado à questão da pessoa cega ou não.  
486 Destacou que o Ministério da Educação tinha feito muitas políticas públicas, e seria  
487 interessante a contribuição do CONADE em continuar discutindo questões do PNE,  
488 e as questões das políticas para a pessoa com deficiência, começando assim de fato  
489 a olhar para a Convenção e mirar nas barreiras que estavam inseridas na sociedade  
490 como um todo. O Sr. Adinilson Marins dos Santos destacou que se sentiu muito  
491 injustiçado ao ouvir observadores dizendo que as entidades agiam de má fé.  
492 Lembrou que não tinha tanto orgulho de ter estudado e se formado em Direito  
493 quanto tinha de ter estudado em uma APAE, pois foi essa entidade que o levou para  
494 a universidade, por isso, ele particularmente não tinha problema nenhum com o

495 Plano Nacional de Educação, muito menos com sua Meta 4. Destacou ainda que  
496 qualquer pessoa que sabia de atitudes ilícitas em entidades que denunciasses, pois  
497 era claro que existiam entidades de má fé sim, mas isso não poderia ser  
498 generalizado. **Encerramento.** Sem tempo hábil para aprofundar mais ainda o debate  
499 o Sr. Moisés Luiz Bauer suspendeu a Plenária.

500

501 **DIA 08 DE JULHO DE 2011**

502

503 **Reabertura.** Verificado quórum por meio de chamada oral, o 2º dia de reunião foi  
504 aberto seguindo o disposto na pauta. **Informes da Comissão de Comunicação**  
505 **Social.** O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné relatou que foram lidos e  
506 atualizados os seguintes processos: **Processos em andamento. CCS n. 05/2009,**  
507 verificação das deliberações da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com  
508 Deficiência com relação ao tema comunicação. O conselheiro Roberto Paulo do Vale  
509 Tiné informou que o processo possuía três demandas, reabilitação profissional,  
510 trabalho e saúde, onde duas já haviam sido resolvidas com a chegada de  
511 correspondência do Ministério pertinente e apenas o Ministério da Saúde ainda não  
512 tinha respondido e que ainda aguardavam resposta de ofício encaminhado.  
513 Processo **CCS n. 01/2011,** análise e verificações das publicações da Constituição  
514 Brasileira quanto a inclusão da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com  
515 Deficiência da ONU como emenda constitucional. O relator apresentou parecer  
516 conclusivo em 06/07/2011 apontando que nas edições da Constituição Federal de  
517 diversas editoras não havia nenhuma menção à Convenção da ONU. Conclusões,  
518 encaminhar ofício do CONADE para as editoras jurídicas do país informando que a  
519 previsão da Emenda 45 já se consumou através da entrada da Convenção da ONU  
520 no ordenamento jurídico brasileiro. A CCS realizaria pesquisa das editoras e  
521 elaboraria a minuta do ofício. Processo **CCS n. 02/2011,** análise do livro Legislação  
522 Brasileira sobre Pessoa Portadora de Deficiência, editado pela Câmara dos  
523 Deputados. O relator apresentou parecer conclusivo em 06/07/2011 apontando  
524 falhas no título do livro que não obedecia aos preceitos da Convenção da ONU.  
525 Conclusão, enviar ofício ao Centro de Documentação e Informação da Câmara dos  
526 Deputados parabenizando pela iniciativa, mas alertando do equívoco e solicitando  
527 que futuras edições trouxessem a terminologia correta. Também deveria ser solicitada  
528 reunião de representantes do CONADE com a Secretaria de Comunicação da Casa  
529 Civil da Presidência da República para tratar do assunto terminologia para designação  
530 da pessoa com deficiência. **Informes da Campanha da Acessibilidade.** O relator

531 da Comissão, conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné, informou que em  
532 consonância com o Plano Diretor, aprovado na 69ª Reunião Ordinária foi realizado  
533 seguintes ações na Campanha da Acessibilidade: a) Final do campeonato carioca,  
534 no jogo Vasco e Flamengo no dia primeiro de maio no estádio Engenhão no Rio de  
535 Janeiro. A ação teve cobertura da Rede Globo de Televisão, Esporte TV, Rede  
536 Bandeirantes, além de vários rádios e jornais. B) Final do campeonato paulista, jogo  
537 Corinthians e Santos, em 08 de maio de 2011 no estádio do Pacaembu São Paulo.  
538 A ação teve cobertura da Rede Globo de televisão, SporTV, Rede Bandeirantes,  
539 além de jornais e rádios. Vladimir Santos deu entrevista ao vivo no Programa Bem  
540 Amigos da Sport TV com a camisa da acessibilidade. C) Abertura do campeonato  
541 brasileiro do jogo Grêmio e Corinthians, em 25 de maio de 2011, em Porto Alegre. O  
542 Sr. Moisés Luiz Bauer deu entrevista para a Rádio Guaíba e para a rádio Gaúcha. A  
543 ação teve cobertura da Rede Globo de Televisão, SporTV, Rede Bandeirantes, além  
544 de rádios e jornais. D) São João de Caruaru. Evento de manifestação popular de  
545 maior importância do calendário turístico de Pernambuco no mês de junho. O  
546 Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura de Caruaru instalaram o camarote  
547 da acessibilidade no pátio do forró. Local por onde transitou diariamente mais de  
548 120.000 pessoas. O camarote da acessibilidade contou com recursos de  
549 audiodescrição através de letreiro luminoso, intérpretes de libras e pessoas  
550 treinadas para receber as pessoas com deficiência e outros convidados, intitulados  
551 voluntários da acessibilidade. O Bandeirão da Acessibilidade circulou no pátio do  
552 forró nos dias 23, 24, 25 e 28 de junho de 2011. No dia 24 a TV Asa Branca, afiliada  
553 da Rede Globo gravou matéria mostrando o Bandeirão e entrevista com  
554 coordenador da Comissão, Roberto Paulo do Vale Tiné. A matéria foi ao ar no dia 27  
555 de junho de 2011 no Bom Dia Asa Branca. O coordenador da CCS foi entrevistado  
556 pela TV Mossoró, Rio Grande do Norte, Rádio Cultura e Rádio Liberdade. Nos dias  
557 25 e 28 a ação foi coordenada e executada pela Assessoria de Comunicação da  
558 Secretaria de Desenvolvimento Social de Direitos Humanos de Pernambuco  
559 juntamente com os voluntários da acessibilidade. Processo **CCS n. 02/2010**, Plano  
560 Diretor da Campanha da Acessibilidade. Das quatro ações previstas apenas uma  
561 aconteceu, o São João de Caruaru. Esclareceu que houve uma mudança na  
562 Secretaria de Direitos Humanos que foi noticiada por ocasião da apresentação do  
563 Plano Diretor da Secretaria de Orçamento que levou a execução da Campanha da  
564 Acessibilidade para a responsabilidade da Secretaria. E houve dificuldades de definir  
565 como seria o fluxo das ações a partir de então, visto que a Campanha da  
566 Acessibilidade era uma campanha do CONADE que seria executada pela Secretaria

567 de Direitos Humanos. Conclusões, marcar reunião com a Secretaria de Direitos  
568 Humanos para tratar do fluxo de ações quando da realização de eventos da  
569 Campanha da Acessibilidade. E definição da disponibilidade financeira para 2011. O  
570 relator informou que a reunião citada fora marcada para aquele dia, onde se  
571 reuniram o relator, o Sr. Moisés Luiz Bauer, o Sr. Daniel, Diretor de Comunicação da  
572 SDH/PR, a Sra. Márcia, Assessora de Comunicação da SDH/PR e a chefe de  
573 Gabinete do Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira, Sra. Sueli de Paula. Ficou  
574 definido na reunião e seria apresentado naquela plenária quais os próximos eventos  
575 que a Campanha da Acessibilidade pretendia participar e a ordem de prioridade.  
576 Esclareceu que a ordem de prioridade se dava tendo em vista o contingenciamento  
577 do orçamento, aquilo que a campanha já havia usado nas ações no corrente ano  
578 seria descontado do valor e o montante que restasse que definiria quantas ações  
579 ainda poderiam fazer ainda em 2011 na Campanha da Acessibilidade. Em seguida o  
580 relator listou a ordem cronológica de prioridade: I) Festival de Inverno de Garanhuns,  
581 de 15 a 24 de junho com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social dos  
582 Direitos Humanos de Pernambuco. II) 5º Jogos Mundiais Militares do Conselho  
583 Internacional de Esporte Militar. De 16 a 24 de julho com a participação de Romário,  
584 no Rio de Janeiro. III) Semana Farroupilha. 20 de setembro. Iniciativa da Fundação  
585 de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPD e PPH. No Rio  
586 Grande do Sul. IV) Ações do Dia Internacional de Luta da Pessoa com Deficiência.  
587 V) Rock in Rio, de 23 a 02 de outubro no Rio de Janeiro. VI) Círio de Nazaré, 09 de  
588 outubro em Belém. VII) Feira Literária Internacional de Pernambuco. De 11 a 15 de  
589 novembro em Recife. Por fim destacou que a escolha dos eventos aos quais  
590 participariam caberia à decisão da Plenária. Após sugestões dos conselheiros e  
591 colocadas as propostas de prioridade foi deliberado que a ordem seria a seguinte:  
592 Círios de Nazaré, Rock'n'Rio, Oktoberfest, os três primeiros. Em seguida Semana  
593 Farroupilha, que teve cinco votos, e Fliporto que teve quatro votos. O conselheiro  
594 Tiné anunciou que atualizaria o relatório mudando a ordem de prioridades. Por  
595 derradeiro o relator se comprometeu em levar o relatório à Comissão de Orçamento  
596 e levaria de volta ao Conselho os resultados. Submetido o relatório à aprovação pelo  
597 Conselho, o mesmo foi aprovado. **Informes da Comissão de Orçamento e**  
598 **Finanças.** Análise do quadro demonstrativo de recursos para a área da pessoa com  
599 deficiência nos Ministérios. O relator informou que os arquivos ora apresentados  
600 foram enviados pela Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência/SNPD, datava  
601 de 17 de junho de 2011, onde constavam os Ministérios que na avaliação da  
602 Comissão tiveram algum problema de execução. O primeiro Ministério apresentado

603 com algum problema foi o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que  
604 tinha como ação a Promoção da Educação Sanitária em Defesa da Agropecuária,  
605 não especificava a população alvo, pessoa com deficiência a ser beneficiada e o  
606 objetivo da Comissão era entender a que se destinava àquela ação, visto que a  
607 Comissão não tinha conhecimento de qualquer ação do Ministério voltada para a  
608 pessoa com deficiência. Informou que a dotação inicial da ação era de R\$  
609 1.000.000,00, empenhado, zero e pago, zero, ou seja, nos primeiros seis meses do  
610 ano a ação não aconteceu. Encaminhamento dado, solicitação à Coordenação-Geral  
611 do CONADE de elaboração de ofício para o Ministério da Agricultura para  
612 informações e detalhamento da ação incluindo seu descritor. Ministério da  
613 Educação, ação: Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial. Apresentava  
614 baixa execução financeira, dotação orçamentária de R\$ 107.725.050,00,  
615 empenhado de R\$ 4.651.275,00, correspondente a 4,32% do valor e o pago  
616 efetivamente R\$ 650,00. Encaminhamento, solicitação à Coordenação-Geral do  
617 CONADE de elaboração de ofício para o Ministério da Educação para informações e  
618 detalhamento da ação incluindo descritor. Ministério da Previdência Social, ação:  
619 Serviço de habilitação profissional apresentava baixa execução dos recursos  
620 liberados. A dotação inicial era de R\$ 30.000.000,00, o empenhado 4.057.896,00  
621 equivalentes a 13,53%, pago efetivamente, R\$ 1.522.032,00. Encaminhamento,  
622 solicitação à Coordenação-Geral do CONADE de elaboração de ofício para o  
623 Ministério da Previdência Social para informações e detalhamento da ação, incluindo  
624 descritor da ação e justificativa da baixa execução dos recursos liberados. Ministério  
625 da Saúde. Ação, implementação de políticas de atenção à saúde da pessoa com  
626 deficiência. Baixa execução dos recursos liberados. Dotação inicial R\$ 4.502.000,00,  
627 empenhado R\$ 239.800,00 equivalente a 5%. O pago efetivamente foi R\$  
628 239.000,00. O encaminhamento dado foi solicitar à Coordenação-Geral do CONADE  
629 a elaboração de ofício para o Ministério da Saúde para informação e detalhamento  
630 da ação, incluindo o descritor desta e justificativa da baixa execução dos recursos  
631 liberados. Ministério do trabalho, somente uma ação, inserção da pessoa com  
632 deficiência no mercado de trabalho. Apresentava uma baixa execução dos recursos  
633 liberados. A dotação inicial R\$ 300.000,00. Empenhado, R\$ 97.000,00, equivalente a  
634 32%. Pago, cerca de R\$ 34.000,00. Encaminhamento no sentido de solicitar à  
635 Coordenação-Geral do CONADE elaboração de ofício para o Ministério do Trabalho  
636 e Emprego para informações e detalhamento da ação incluindo descritor, e  
637 justificativa da baixa execução dos recursos liberados. Ministério do Esporte. Ação,  
638 promoção, participação competições internacionais de alto rendimento para pessoas

639 portadoras de deficiência. Encaminhamento, solicitação à Coordenação-Geral do  
640 CONADE de elaboração de ofício para Ministério do Esporte para informações e  
641 detalhamento da ação, assim como justificativa. Ministério do Desenvolvimento  
642 Social e Combate à Fome. O Ministério tinha todas as ações voltadas para pessoa  
643 com deficiência rigorosamente sendo cumpridas. Encaminhamento para a única  
644 ação, renda mensal vitalícia por invalidez de solicitação à Coordenação-Geral do  
645 CONADE de elaboração de ofício para o Ministério do Desenvolvimento Social e  
646 Combate à Fome para informações e detalhamento da ação. Ministério das Cidades.  
647 Ação, apoio a projetos de acessibilidade para pessoa com restrição de mobilidade e  
648 deficiência. Não apresentava empenho e execução dos recursos. Dotação inicial, R\$  
649 4.116.000,00 empenhado zero, pago zero. Ação, Transurb. Adequação do sistema  
650 de trens urbanos de Porto Alegre e acessibilidade universal. Decreto 5.296/2004.  
651 Não apresentava empenho e execução dos recursos liberados. Dotação inicial R\$  
652 3.100.000,00, empenhado zero e pago zero. Ação CBTU adequação do sistema de  
653 trens urbanos de Belo Horizonte à acessibilidade universal. Decreto 5.296/2004 não  
654 apresentava empenho e execução dos recursos Liberados. Dotação inicial R\$  
655 660.000,00, empenhado zero, pago zero. Encaminhamento, solicitação à  
656 Coordenação Geral do CONADE de elaboração de ofício para o Ministério das  
657 Cidades, Transurb. e CBTU para informações e detalhamentos das ações, assim  
658 como justificativa para não empenho e execução dos recursos. **Processo de**  
659 **liberação de emendas. Referente ao ofício 009/2010.** Solicitação de condução de  
660 um conjunto de procedimentos para liberação de recursos. Encaminhamentos,  
661 entendimento de que a elaboração de editais deviam ser realizadas pelo CONADE  
662 em conjunto com a SNPD, e à SNPD competia a publicação dos editais para seleção  
663 pública dos projetos das instituições. **Processo de acórdão 810/2010 TCU,**  
664 **protocolo 0005.00735/2011-54.** Parecer onde o TCU orientava a Secretaria de  
665 Direitos Humanos a não proceder convênios com entidades que fizessem parte dos  
666 conselhos ligados à Câmara. Encaminhamento, para uma melhor análise, de  
667 solicitação à SNPD da cópia do acórdão, folha 188. **Análise do QDD da SNPD.**  
668 Programa Gestão de Política Direitos Humanos. Ação Sistema Nacional de  
669 Informação sobre Deficiência/Corde. Dotação inicial de R\$ 500.00,00, empenhado 0,  
670 saldo de R\$ 280,00. Execução muito baixa. **Gestão e Administração do Programa**  
671 **Nacional de Acessibilidade.** Dotação inicial de R\$ 1.155,08. Empenhado, R\$  
672 581,00. Saldo, R\$ 573,00. **Estudo pesquisa em acessibilidade.** Dotação inicial. R\$  
673 900.000,00. Empenhado, zero. Saldo, R\$ 900.000,00. **Capacitação e**  
674 **especialização de técnicos e agentes sociais em acessibilidade.** Dotação inicial

675 R\$ 1.550.000,00. Empenhado, zero. Saldo, R\$ 1.500.000,00. **Promoção e Defesa**  
676 **dos Direitos de Pessoa com Deficiência.** Dotação inicial R\$ 1.760.000,00.  
677 Empenhado, R\$ 500.000,031. Saldo, 1.000.260,00. **Capacitação de Recursos**  
678 **Humanos para defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência.** Dotação  
679 inicial. R\$ 1.405.000,00. Dotação Inicial R\$ 1.405.000,00. Empenhado zero, saldo R\$  
680 1.405.000,00. **Apoio e implantação de conselhos e direitos das pessoas com**  
681 **deficiência em Estados e Municípios.** Dotação inicial. R\$ 500.000,00. Empenhado,  
682 zero. Saldo, R\$ 500.000,00. **Apoio a estudos e pesquisas relativos à pessoa com**  
683 **deficiência.** Dotação inicial R\$ 550.000. Empenhado, zero. Saldo, R\$ 550.000,00.  
684 **Reparação de violação e defesa dos Direitos Humanos. Disque Direitos**  
685 **Humanos.** Dotação inicial R\$ 2.800.000,00. Empenhado, R\$ 1.543.000,00. Saldo,  
686 R\$ 694.000,00. **Educação em Direitos Humanos. Publicidade e utilidade**  
687 **pública.** Dotação inicial, R\$ 1.000.000,00 Empenhado zero. Saldo, R\$ 811.000,00.  
688 **Recurso sob supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento,**  
689 **Operações Especiais, Gestão de participação em organismo inicial.** Dotação  
690 inicial, R\$ 641.000,00, empenhado zero, saldo R\$ 641.000,00. **Gestão e**  
691 **administração de programas. Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com**  
692 **Deficiência.** Recursos utilizados pelo CONADE para emissão de passagens e  
693 diárias. Saldo inicial R\$ 1.761.000,00. Diárias, código 339044, saldo inicial R\$  
694 20.000,00, pago R\$ 11.550,00. Passagens, código 339033. Saldo Inicial R\$  
695 128.756,00. Pagos R\$ 104.198,00 restando um saldo de R\$ 24.000,00. Em seguida  
696 o relator qualificou a dotação inicial para o CONADE como muito baixa o que poderia  
697 inviabilizar o andamento de algumas atividades, porém não das reuniões do  
698 CONADE. Fez um detalhamento por item dos recursos. Por derradeiro elencou os  
699 encaminhamentos finais da COF: Solicitação à SNPD dos orçamentos dos  
700 Ministérios que estavam faltando, tanto dos Ministérios que tinham assento no  
701 CONADE quanto dos que não tinham. Solicitação de informações quanto à falta de  
702 execução junto ao SICORD. Solicitação à SNPD do descritor de todas as ações da  
703 SNPD. Com relação à ação 6263, capacitação, solicitação de informações com  
704 relação aos editais dos programas e quais os projetos selecionados. Solicitação à  
705 SNPD de informações da ação 4641 publicidade de utilidade pública no que se  
706 referia aos recursos alocados e se nas mesmas estava prevista a Campanha  
707 Nacional de Acessibilidade. Solicitação de detalhamento do quadro de despesas da  
708 SNPD considerando que a execução do primeiro semestre estava abaixo do  
709 desejável. Solicitação à SNPD de informações sobre a suplementação de verbas no  
710 item passagens destinadas ao CONADE. Por último, solicitação de Reunião

711 Extraordinária para os dias 27 e 28 de julho, em razão da necessidade da  
712 elaboração quantitativa do PPA e da análise de material enviado pela SNPD, uma  
713 vez que não foi possível o estudo dos relatórios. Na sequência o relator agradeceu a  
714 atenção de todos e informou que toda a planilha seria enviada via e-mail aos  
715 conselheiros. Colocado em votação o relatório foi aprovado por unanimidade,  
716 ficando pendente somente a possibilidade de flexibilização da data de Reunião  
717 Extraordinária proposta pela Comissão. **Relatório da Comissão de Políticas**  
718 **Públicas.** O Conselheiro relatou que foram lidos e atualizados os seguintes  
719 processos. Processo **CPP n. 94/2011.** Benefício do INSS, correspondência enviada  
720 pelo Senhor Gilberto de Mello da cidade de Riachuelo, Recife, datada de  
721 17/09/2009. Encaminhamento, ofício do atual presidente do CONADE, a ser  
722 validado pela CPP/CONADE ao Senhor Gilberto Cavalcante de Mello que conforme  
723 informado pelo INSS já houve concessão do benefício judicial de nº. 539282954-2.  
724 Arquivamento do processo. Processo de **CPP n. 86/2010.** Carta da ONCB a pessoas  
725 cegas e de baixa visão. Conclusão, na discussão tratou-se de responder  
726 genericamente tendo em vista a complexidade e a transversalidade dos temas  
727 abordados na demanda encaminhada. Encaminhamentos. A Conselheira Tânia  
728 Mariza minutaria o documento a ser expedido pelo CONADE. **Inclusão de pauta.**  
729 Leitura de uma Moção de repúdio encaminhada pelos assistentes sociais do INSS  
730 em relação à alteração implantada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e  
731 Combate à Fome e o Instituto Nacional do Seguro Social. MDS/INSS nos  
732 instrumentais de avaliação social e médica do Benefício de Prestação Continuada  
733 para pessoa com deficiência. Conclusão, segundo o representante do MDS o grupo  
734 técnico de discussão se reuniria e colocaria em pauta o assunto contido na moção.  
735 Processo **CPP n. 83/2010.** Audiodescrição. A conselheira Elyria Bonetti Yoshida  
736 Credidio destacou ser pertinente uma consulta prévia ao Ministério das  
737 Comunicações para devida conclusão do relato. O conselheiro Joiran Medeiros da  
738 Silva deveria apresentar na próxima reunião da CPP seu relato pela necessidade de  
739 buscar mais informações junto à OMC. Processo **CPP n. 95/2010.** PL 8.035/10.  
740 Aprovação do Plano Nacional de Educação. Continuava aguardando apreciação do  
741 parecer. Devido ser assunto de discussão e complexidade do tema o processo  
742 deveria ser encaminhado a outros Fóruns, inclusive solicitando posicionamento do  
743 Ministério da Educação acerca do tema, a fim de subsidiar o debate com novas  
744 informações. Processo **CPP n. 97/2011.** Assunto. Alteração de grade curricular de  
745 graduação para garantir formação de novos profissionais no atendimento a  
746 perceber. Aguardava parecer. Processo **CPP n. 90/2010,** celular para atender a

747 comunidade surda. Relatora aguardava parecer. Demanda da FENEIS para o  
748 CONADE, originalmente ao MPF, solicitação para que houvesse intercessão junto à  
749 Anatel para que as tarifas de SMS tivessem custo mais módico para as pessoas  
750 surdas. Conclusão, a solicitação deveria ser atendida com aprovação do PL 238/08  
751 de autoria do Flávio Arns, aguardando a realização de Audiência Pública para  
752 instrução do referente projeto. Encaminhamento. Solicitação de encaminhamento do  
753 CONADE de ofícios ao Ministério das Comunicações reiterando a importância da  
754 solicitação e solicitando informações acerca de tais ações que seriam desenvolvidas  
755 nesse sentido. Processo **CPP n. 96/2010**. PDL 2846/2010. Aguardando parecer,  
756 relatoria na próxima reunião do CONADE. **Processos vindos de outras**  
757 **Comissões**. Processo **CAN n. 243/2009**. Programa de incentivo para PPD.  
758 Aguardava parecer. Encaminhamento, o CONADE deveria solicitar informações  
759 acerca das discussões e de aprovação para envio futuro de representantes para  
760 participar do GT. Terminado o relatório o conselheiro Adnilson Marins dos Santos  
761 colocou a Comissão à disposição para os devidos esclarecimentos. O Conselheiro  
762 Ricardo de Liveira Pedroso informou que ele poderia levar um representante do  
763 INSS para prestar esclarecimentos na questão sobre a Moção de Repúdio, demanda  
764 de um processo daquele relatório. O conselheiro Adnilson Marins dos Santos  
765 declarou aceita a sugestão do conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso. Colocado  
766 em votação o relatório da Comissão de Políticas Públicas foi aprovado. Conforme  
767 deliberado na parte da manhã da reunião, os trabalhos da tarde iniciaram com a  
768 presença da Ministra Maria Nunes. A ministra saudou a todos e falou da sua alegria  
769 de estar naquela reunião. Agradeceu ao CONADE a confiança de terem elegido o  
770 Secretário Nacional, Antônio José do Nascimento Ferreira, como vice-presidente  
771 daquele colegiado. Ressaltou a importância do segmento quando da determinação  
772 da presidenta Dilma Rousseff de pautarem como prioridade de ação no próximo PPA  
773 as questões relevantes à inclusão e a defesa de direitos, cidadania plena das  
774 pessoas com deficiência no Brasil, tendo em vista que alcançaram um marco muito  
775 importante na especificidade das pessoas com deficiência prevista dentro do PPA,  
776 pelo trabalho que foi feito na preparação do mesmo. Destacou o objetivo de  
777 transformar o PPA em Lei de Diretrizes Orçamentárias e lutavam, com o apoio do  
778 CONADE, para as metas relacionadas às questões da Lei Orçamentária no próximo  
779 período. Informou que a presidente da República, Dilma Rousseff, convocou a todos,  
780 através da Casa Civil, com uma coordenação conjunta com a Secretaria de Direitos  
781 Humanos da Presidência da República para um programa de ação de direitos,  
782 cidadania e inclusão da pessoa com deficiência e que já haviam acontecido duas

783 reuniões nesse sentido. Em uma dessas reuniões, naquela semana, com a Ministra  
784 Gleise Hofmann, Casa Civil, com o MEC, MDS, MS e MPOG foi destacada a  
785 importância de que o CONADE fosse o fórum afirmativo do programa que a  
786 Presidenta pretendia apresentar ao Brasil. Enfatizou que assim como o CONADE  
787 era a instância importantíssima em todas as políticas, era também um exemplo de  
788 apoio para que a Portaria sobre comunicação acessível, audiodescrição, entrasse  
789 em vigor. Destacou que a Secretaria de Direitos Humanos e o CONADE, atuaram  
790 conjuntamente para evitar e enfrentar do ponto de vista político as pressões sobre  
791 novas medidas protelatórias para que entrasse em vigor a Portaria sobre  
792 audiodescrição. Propôs ao CONADE que os Ministros e pessoas que atuavam em  
793 defesa de direitos e políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência  
794 fossem ao CONADE representando atuação qualificada do Governo junto às  
795 demandas do segmento. Informou que em conversa com o Ministro dos Esportes foi  
796 pautada a discussão da inclusão das pessoas com deficiências não só como  
797 espectadores da Copa do Mundo e dos Megaeventos, mas que também pudessem  
798 ser incluídas nos diversos segmentos empregatícios e voluntariado que surgiriam  
799 com o advento de tais eventos. Destacou que a Secretaria de Direitos Humanos  
800 estava atenta para que cada lei, cada Medida Provisória estivesse coerente com a  
801 Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Informou que a  
802 Secretaria estava viabilizando a possibilidade de criar um Grupo de Trabalho que  
803 monitorasse a tramitação do Estatuto da Convenção, para que este não ficasse  
804 alheio ao que a Convenção colocava. Por derradeiro, parabenizou os trabalhos do  
805 CONADE, a luta e perseverança de todos e passou à palavra ao Vice-presidente do  
806 Conselho. O Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira agradeceu as palavras da  
807 Ministra e lembrou que naquele dia, oito de julho, a Convenção da ONU completava  
808 três anos. Complementando as palavras da Ministra informou que o Grupo de  
809 Trabalho mencionado por ela seria constituído inicialmente no âmbito do Governo,  
810 com um núcleo Executivo constituído por Secretaria de Direitos Humanos, Casa  
811 Civil, MDS, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão  
812 e que a ideia era após a consolidação das primeiras ideias de lançar um grande  
813 Programa Nacional de Ação referente à pessoa com deficiência que seria  
814 apresentada ao CONADE no mês de agosto ou setembro do corrente ano. O Sr.  
815 Moisés Luiz Bauer ressaltou a importância de se fazer com que o Conselho  
816 realmente exercesse o papel a que se propunha desde seu nascimento há mais de  
817 uma década, de acompanhar as políticas públicas, aprovar, referendar, e de trazer a  
818 sociedade civil para a construção conjunta com o Governo. Agradeceu à Ministra em

819 nome do Conselho pela capacidade de dedicação e atenção em manter o diálogo  
820 com a sociedade civil. **Informes da Comissão de Articulação de Conselhos.** O  
821 relator, conselheiro Evangel do Vale Santos Junior informou que os trabalhos da  
822 Comissão aconteceram nos dias 09 e 10 de junho do corrente ano em Reunião  
823 Extraordinária, construindo a proposta para o Encontro Regionalizado de Conselhos  
824 em substituição ao Encontro Nacional de Conselhos e também uma proposta para a  
825 3ª Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência. A conselheira Cleomar Martins  
826 de Lima informou que na reunião extraordinária da CAC foi discutida a elaboração  
827 dos critérios para a escolha dos Estados, a elaboração de prazo da minuta do edital,  
828 os encontros regionais e estrutura da programação, todo os itens a serem discutidos  
829 em Plenária. No que tangia à 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com  
830 Deficiência, discussão sobre o data, tema, minuta do regimento e minuta do edital.  
831 Com relação à revisão da cartilha dos direitos para a criação dos Conselhos  
832 informou que ficou definido que seria enviado o que já existia da cartilha para todos  
833 os conselheiros para ser discutido na próxima reunião plenária. Na parte da  
834 capacitação de Conselhos Estaduais, informou que foi elaborada metodologia onde  
835 dividiriam a capacitação em quatro módulos com os seguintes temas: Histórico dos  
836 movimentos, competência dos conselhos, papel dos conselheiros, Convenção  
837 Nacional da Pessoa com Deficiência. Informou que acatando sugestão da  
838 conselheira Ana Paula Crossara a Comissão aprovou que fosse feita uma  
839 recomendação aos Conselheiros Estaduais e Municipais que incentivassem as  
840 mulheres a participarem das conferências de política da mulher. Visando  
841 participação mais ativa na assistência executiva para a comissão foi consenso a  
842 constatação da necessidade desta assistência. Na sequência a conselheira fez a  
843 leitura edital de seleção dos Estados sedes dos Encontros Regionais dos  
844 Conselhos. Após leitura o conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné disse achar  
845 estranho o fato de ter saído edital sem o mesmo estar publicado em Diário Oficial da  
846 União e propôs que aquele ou outro, dependendo das discussões fosse publicado e  
847 partir daquele momento passassem a seguir os trâmites legais e que o prazo de  
848 inscrições fosse prorrogado de 20 de julho de 2011 para 10 de agosto de 2011.  
849 Complementando a proposta do conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné, o  
850 conselheiro Isaías Dias propôs que o edital passasse antes na Comissão de Atos  
851 Normativos para que ela pudesse formatar nas normas gerais e apresentar ainda  
852 naquela Plenária para aprovação. Ressaltou que dar publicidade a um edital sem  
853 antes tê-lo publicado em Diário oficial era politicamente grave. O conselheiro José  
854 Alcides Marton destacou que não havia tanta necessidade de formalidade devido o

855 prazo apertado que tinha, visto que tinham que realizar cinco Encontros Regionais.  
856 Solicitou esclarecimento se algum Estado já havia se manifestado no sentido de  
857 acolher algum Encontro. O Conselheiro Joaquim Santana Neto, como representante  
858 da Ordem dos Advogados do Brasil, discordou da posição anterior, visto a grande  
859 responsabilidade do Conselho e do fato do Edital contemplar para os Encontros  
860 Estados sede da Copa do Mundo, pois da maneira apresentada parecia muito  
861 direcionado. O Sr. Moisés Luiz Bauer ressaltou que não constava do regimento do  
862 CONADE que todo edital teria que passar primeiro pela Comissão de Atos  
863 Normativos e que também não tinha ciência de nenhum dispositivo de Lei ou outra  
864 forma que dissesse que os atos do CONADE tinham que necessariamente ser  
865 publicados em Diário Oficial, sem contar a morosidade do processo de publicação do  
866 CONADE em Diário Oficial. Esclareceu ao conselheiro Joaquim Santana Neto que  
867 ser Estado sede da Copa do Mundo não era um requisito obrigatório para a  
868 realização do Encontro de Conselhos, seria apenas um critério de desempate.  
869 Porém colocada a proposta em votação venceu a retirada do termo Estado sede da  
870 Copa do Mundo, item V do edital proposto. O conselheiro Rivaldo Araújo da Silva  
871 esclareceu que a Lei de licitação, 8.666 é que legislava sobre editais e questionou  
872 se não poderiam mudar o nome de edital para convite, assim, cairia a necessidade  
873 de publicar em Diário Oficial. Visando dar celeridade aos trabalhos o Sr. Moisés Luiz  
874 Bauer colocou em votação a proposta de mudança de nome de edital para convite.  
875 A proposta foi aceita retirando o edital publicado do site, reenviando como ofício  
876 circular convidando o Estado para se habilitar até 29 de julho de 2011. Em seguida a  
877 conselheira Cleomar Martins de Lima passou à Leitura da proposta de Regimento da  
878 3ª Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência. No Artigo 1ª do regimento o  
879 conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné solicitou que completassem o nome da  
880 Conferência para 3ª Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da  
881 ONU. No Artigo 2º a conselheira Ana Paula Crossara sugeriu que se previam etapas  
882 regionais para a 3ª Conferência Nacional era necessário que contemplassem no  
883 texto o caráter regional da Conferência, visto que a redação contemplava apenas as  
884 etapas nacional, estadual, e municipal. O que foi aceito por todos. Notando o  
885 adiantado da hora e ainda pontos de pauta a serem vencidos o Sr. Moisés Luiz  
886 Bauer sugeriu e foi aceito pelo relator da Comissão que destaques sobre o texto do  
887 Regimento da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoas com Deficiência  
888 fossem feitos por e-mail pelos conselheiros do CONADE. Isto posto a conselheira  
889 Cleomar Martins de Lima passou à relatoria do ponto seguinte do relatório da CAC.  
890 Revisão da cartilha Diretrizes para Criação de Conselhos. Informou que para a

891 criação de conselhos ficou definido que seria enviado por e-mail a todos os  
892 conselheiros do CONADE o que já estava pronto da Cartilha para ser discutido na  
893 próxima reunião. Sobre a capacitação de Conselhos Estaduais informou na  
894 metodologia de trabalho a Comissão criou alguns temas divididos em em quatro  
895 módulos: histórico dos movimentos; a competência dos conselhos; papel dos  
896 conselheiros e a Convenção Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Em  
897 seguida a conselheira Janaina Carneiro Costa Menezes fez a leitura do que foi  
898 construído na Reunião Extraordinária da CAC em relação à estruturação dos  
899 encontros regionais. Informou que o tema proposto após discussões foi: A criação e  
900 fortalecimento dos conselhos como ferramenta de controle social e que foi discutido  
901 que os encontros teriam a duração de dois dias, com uma Mesa acontecendo em  
902 cada turno. A primeira Mesa seria com o tema de experiência exitosa na criação de  
903 conselhos, e a segunda Mesa com a temática de estratégia para fortalecimento de  
904 conselhos. Informou que foi definido também que os palestrantes seriam definidos  
905 após a definição dos Estados escolhidos e que os Conselhos Estaduais ficariam  
906 responsáveis por indicar um representante do seu conselho e dois representantes  
907 dos Conselhos Municipais para compor a Mesa. O conselheiro Joiran Medeiros da  
908 Silva sugeriu a criação de uma mesa interministerial onde os palestrantes fariam  
909 sobre políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. O conselheiro José  
910 Alcides Marton ponderou que os Conselhos Municipais e Estaduais já deveriam ter  
911 acesso às informações, provocando os conselhos a se organizarem. Colocadas em  
912 votação as propostas foram aprovadas com a ressalva apenas de readequação dos  
913 espaços para mais uma mesa. Colocado em votação o relatório da Comissão  
914 também foi aprovado. **Apresentação do relatório do Grupo de Trabalho de**  
915 **monitoramento da Convenção da ONU.** A pedido do conselheiro Adnilson Marins  
916 dos Santos o conselheiro Isaías Dias fez a leitura. Na parte de informações gerias o  
917 conselheiro informou que a conclusão foi de que na avaliação do Grupo de Trabalho  
918 o Governo recebia contribuições dos conselhos e da sociedade civil, porém a  
919 realidade era outra diante das tantas dificuldades em que isso acontecia tanto no  
920 nível municipal, estadual quanto no Federal. Dado o adiantado da hora e a saída de  
921 alguns conselheiros foi aprovado por meio de votação que o relatório seria enviado  
922 para todos os conselheiros e retomado como item de pauta da próxima reunião  
923 Plenária do CONADE. **Encerramento.** Sem tempo hábil para discussões o Sr.  
924 Moisés Luiz Bauer encerrou a reunião.